



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ

SOLDADO

PROVA OBJETIVA

SIMULADO PREPARATÓRIO

Nome: _____ Data de Nascimento: _____

Nome de sua mãe: _____

Assinatura: _____

Após receber sua **folha de respostas**, copie, nos locais apropriados, uma vez com **letra cursiva** e outra, com **letra de forma**, a seguinte frase:

Você é imparável!

ATENÇÃO!

Este Caderno de Prova contém:

- Folha de rosto orientativa
- Questões
- Gabarito ou Folha de Respostas

NÚMERO DO GABARITO

Marque, no local indicado na folha de respostas, o número 1, que é o número do gabarito deste caderno de prova e que se encontra no rodapé de cada página.

Ao sair definitivamente da sala, o candidato deverá assinar a folha de presença e entregar ao fiscal de mesa:

- a FOLHA DE RESPOSTAS preenchida e assinada;
- o CADERNO DE PROVA.

IMPORTANTE!

- SERÁ ATRIBUÍDA NOTA ZERO, NESTA PROVA, AO CANDIDATO QUE NÃO ENTREGAR SUA FOLHA DE RESPOSTAS.
- OUTRAS INFORMAÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ENCONTRAM-SE NO VERSO DESTA PÁGINA.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2505279598M

TIPO DE MATERIAL:

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

2º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Polícia Militar do Estado do Ceará
PM CE

CARGO:

Soldado

MODELO/BANCA:

FUNECE

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

6/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

6/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

**PM CE - 2º SIMULADO - SOLDADO
(PÓS-EDITAL)****LÍNGUA PORTUGUESA/
INTERPRETAÇÃO DE TEXTO****Andréa Cerqueira**

Leia com atenção o texto abaixo.

Nos últimos anos, os vários problemas gerados pelos agrupamentos de indivíduos usuários de drogas, especialmente de crack, que ocupam diferentes pontos do centro da cidade de São Paulo, tornaram-se pauta de campanhas políticas municipais e estaduais, dando ensejo a todo tipo de proposta e de projeto com o pretexto de mudar esse quadro doloroso. Todavia, o que temos observado na prática é a adoção de medidas pouco eficazes, frustradas e até desastrosas. Em geral, elas focam o aspecto da revitalização estrutural, e apenas resvalam de forma transversal, no tempo e espaço, o complexo sistema que alimenta aquela realidade, e dela sobrevive.

A cracolândia nada mais é do que a cristalização, em forma de tragédia, dos efeitos do descaso político e da má gestão pública dos recursos devidos a áreas básicas para o desenvolvimento e o bem-estar social, como a educação, o lazer, a saúde e a segurança. Tal cenário social proporciona as condições ideais tanto para o surgimento dos consumidores de drogas, quanto para a oferta dessas substâncias. Ainda assim, devemos lembrar que não se trata de um fenômeno local da cidade de São Paulo, e nem mesmo nacional: há décadas grandes economias como os Estados Unidos também enfrentam a mesma problemática.

Para enunciar melhor a complexidade que envolve essa questão é preciso propor a seguinte reflexão: por que tantas pessoas abandonam suas vidas e sujeitam-se a viverem em condições tão precárias e adversas, sem dignidade, expostas à extrema violência?

A primeira análise a ser apontada é que não se trata de uma escolha; é, sim, uma doença, a qual subjuga e sequestra a razão do indivíduo, tornando-o um escravo daquela substância. Em segundo lugar, cabe ressaltar que não se trata de uma enfermidade de caráter unicamente biológico em sua origem ou manifestação. Trata-se de um fenômeno multifatorial, forjado principalmente por meio dos aspectos sociais mencionados acima. Cada dependente que sobrevive e diariamente se arrasta pelos becos sujos e escuros da cracolândia em busca de mais uma pedra é uma amostra que carrega os traços de um contexto micro e macrosocial que não deu certo.

A dependência química no padrão observado ali, que toma a forma de uma doença grave e degradante, é geralmente fruto de uma conjuntura de elementos. Destes, o fator biológico individual é o que alcança menor representação. Indício dessa afirmação está no fato de que esses doentes compartilham grandes semelhanças em suas trajetórias de vida, nas quais são frequentes as histórias de negligência e abusos, ambiente violento, escassez de recursos ou oportunidades e consumo de drogas no núcleo familiar. Esse contexto também atua como desencadeante para outras formas de agravos mentais, tais como depressão, ansiedade, transtornos de estresse pós-traumático, psicoses e transtornos da personalidade. Essas patologias elevam a pressão no sentido do consumo e potencializam o risco de dependência.

Por fim, fechamos o ciclo que sustenta esse universo diabólico com uma análise econômica clássica. A cracolândia representa a ponta de um mercado consumidor, assíduo e fiel, de um produto livre de impostos e que enriquece um grupo produtor que se torna cada vez mais sólido e organizado.

Esse entendimento mais amplo é fundamental para o desenvolvimento de estratégias que visem realmente iniciar a solução dessa questão.

A mera internação desses pacientes, seja ela voluntária, involuntária ou compulsória, está longe de representar a resolução para a problemática da cracolândia. Mas tal medida pode ser necessária, uma vez que muitos não mais possuem a capacidade de autodeterminação frente à compulsão pelo consumo. Nas fases iniciais do tratamento, a permanência em ambiente hospitalar especializado possibilita a desintoxicação e reabilitação das condições mentais e físicas que podem permitir ao enfermo retornar a sua realidade provido de mais ferramentas pessoais, e dar continuidade a sua recuperação num ambiente ambulatorial. No entanto, se o tratamento tiver como foco exclusivo o paciente, e não as demais situações já descritas que contribuíram para o adoecimento, a tendência é que esses indivíduos experimentem muitas recaída e dessa forma a "produção" de novos doentes se perpetua.

A própria dependência química leva essas pessoas a desconstruírem, ao longo dos anos, toda a rede de apoio que é necessária para a retomada de uma vida digna após a cessação do uso. O imperativo pelo consumo de drogas promove uma cascata trágica de eventos, culminando em abandono escolar, perda de emprego, rompimentos de vínculos familiares e de amizade, envolvimento com furtos, roubo, tráfico e prostituição. Após a internação, poucos desses pacientes graves contam com acolhimento familiar ou oportunidades reais de uma vida digna. Grande parte não tem onde morar, não possui renda e volta a conviver nos mesmos ambientes, sendo quase inevitável a recaída.

É utópico esperar que o paciente, sozinho, promova as mudanças necessárias em sua rotina para que se mantenha longe das drogas. É nesta etapa que são necessárias políticas públicas que invistam pesado no processo de ressocialização. Isso inclui criar condições de reconexão de laços familiares, oportunidades de educação e profissionalização, facilitação de empregos e da manutenção de uma subsistência digna. Tudo isso enquanto, simultaneamente, mantém-se os tratamentos médicos e psicológicos que já são ofertados, cuja estrutura hospitalar e ambulatorial já existe, e que conta com equipes capacitadas.

Para mantermos também uma perspectiva realista no que tange às possibilidades de tratamento, é necessário aceitar que muitos dos pacientes que vivem na cracolândia atingiram um nível tão grave e crônico de degradação de suas condições biopsicossociais que precisarão de uma abordagem voltada para redução de danos, seja com foco no próprio indivíduo ou na sociedade. São quadros refratários aos tratamentos atualmente disponíveis; é como se neles a doença se comportasse como um câncer avançado e com múltiplas metástases, restando muitas vezes o tratamento paliativo.

Aqui, podemos enquadrar as medidas já adotadas em outros países. Entre elas estão os centros preparados para dispensação e uso *in loco* de substâncias controladas, sendo que tais substâncias não necessariamente seriam as drogas como são consumidas nas ruas; é possível substituir seu uso por fármacos. Pode-se recorrer, por exemplo, aos benzodiazepínicos no lugar do álcool, à metadona, ao invés de heroína, aos anfetamínicos para atender os usuários de cocaína/crack.

Ao mesmo tempo, esses indivíduos necessitariam de um local para residir. Esse lugar poderia ser construído na forma de “comunidades terapêuticas de longa permanência”, as quais contariam com equipes multiprofissionais e a possibilidade de dispensação de substâncias controladas para uso. Não haveria estrutura hospitalar, ou seja, na prática a autonomia de rotina dos que ali residissem estaria preservada, e a ela se somariam oportunidades de trabalho e geração de renda, com o intuito de alcançar a reconstrução da dignidade. Em paralelo, seriam constantemente empreendidas ações de combate ao tráfico, e também para impedir a concentração de usuários em pontos específicos da cidade.

A adoção desse modelo pode soar, para alguns, excessivamente determinista e até mesmo paternalista. Contudo, não podemos nos distanciar do entendimento de que o consumo de drogas e a permanência na cracolândia são a manifestação de uma doença mental e não uma escolha consciente; de que esta doença é passível de controle, não de cura; e que, mesmo quando controlada, acarreta muitas sequelas e vulnerabilidades nesses indivíduos, mantendo-os sempre no fio da navalha na decisão quanto a usar ou não.

Projetarmos a responsabilidade pelo sucesso do tratamento exclusivamente sobre esses pacientes é manter a cracolândia nas campanhas políticas para as próximas gerações.

Gustavo Bigaton Lovadini é médico psiquiatra, com formação em psiquiatria pelo programa de residência médica da Faculdade de Medicina de Botucatu – Unesp e Titulação pela SBP/AMB. É médico contratado no Departamento de Neurologia, Psicologia e Psiquiatria do HCFMB-Unesp e desde 2014 atua no cuidado de pacientes com dependência química pelo Serviço de Atenção e Referência em Álcool e Drogas do HCFMB.

Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/03/29/solucoes-para-a-cracolandia-devem-passar-por-politicas-publicas-adequadas-e-nao-se-limitar-a-responsabilizacao-exclusiva-dos-usuarios/> Acesso em 22 mai 2025.

01. Com base no texto fornecido, assinale a alternativa que melhor expressa a tese central desenvolvida pelo autor:

- A) A internação compulsória de usuários de drogas representa a única solução viável para o problema da cracolândia, desde que realizada por equipes capacitadas.
- B) A abordagem do fenômeno da cracolândia deve ir além do tratamento individual e considerar sua complexa rede de causas sociais, econômicas e estruturais.
- C) A persistência da cracolândia decorre, principalmente, da ausência de repressão policial eficaz e do descontrole da venda de entorpecentes.
- D) O uso de drogas na cracolândia é fruto de escolhas conscientes feitas por indivíduos que optam por abandonar suas vidas sociais.
- E) A realidade da cracolândia é um fenômeno exclusivamente brasileiro, refletindo o fracasso das políticas públicas nacionais.

02. Com relação aos fatores que contribuem para a permanência do fenômeno da crackolândia, segundo o texto, é correto afirmar que:

- A) A biologia individual é o principal fator responsável pela dependência observada nos usuários de crack.
- B) A ausência de um sistema judiciário mais rigoroso contribui decisivamente para a perpetuação da crackolândia.
- C) A dependência química é resultado da soma de aspectos biológicos e sociais, sendo os primeiros mais relevantes no diagnóstico e tratamento.
- D) Os usuários da crackolândia apresentam, em geral, trajetórias de vida marcadas por negligência, abusos e ausência de oportunidades.
- E) O surgimento da crackolândia está ligado exclusivamente à má gestão dos recursos públicos destinados à segurança.

03. Sobre a proposta de tratamento mais efetiva sugerida pelo texto, é correto afirmar que:

- A) O modelo ideal deve priorizar a internação compulsória em hospitais psiquiátricos de longo prazo, com o objetivo de manter os dependentes afastados do convívio social.
- B) A solução passa por comunidades terapêuticas de curta duração, acompanhadas de medicamentos substitutivos e reinserção imediata no mercado de trabalho.
- C) A estratégia mais adequada inclui o investimento em ressocialização, ações de redução de danos e abordagens que respeitem a autonomia do indivíduo.
- D) A eliminação completa da crackolândia depende da erradicação do tráfico e da imposição de sanções rigorosas aos usuários reincidentes.
- E) O texto defende que a cura da dependência é possível com ações conjuntas entre repressão, internação e controle familiar.

No trecho do texto:

"A dependência química no padrão observado ali, que toma a forma de uma doença grave e degradante, é geralmente fruto de uma conjuntura de elementos."

04. Identifica-se a presença de uma oração subordinada. Sobre essa estrutura sintática e os processos de subordinação no período, assinale a correta:

- A) A oração "que toma a forma de uma doença grave e degradante" é uma oração subordinada adverbial final, que indica o objetivo da dependência.
- B) A oração subordinada adjetiva presente no período é explicativa, pois acrescenta uma característica acessória a um termo definido, com valor generalizante.

- C) A oração subordinada é restritiva, pois delimita o termo "padrão observado ali", especificando apenas um entre muitos padrões possíveis.
- D) A oração destacada é subordinada substantiva subjetiva, pois exerce a função de sujeito de "é geralmente fruto".
- E) Não há oração subordinada no período, pois trata-se de uma frase composta por coordenação entre orações de igual valor sintático.

Observe o seguinte trecho do texto:

"O imperativo pelo consumo de drogas promove uma cascata trágica de eventos, culminando em abandono escolar, perda de emprego, rompimentos de vínculos familiares e de amizade, envolvimento com furtos, roubo, tráfico e prostituição."

05. Sobre o processo de **coordenação** presente no trecho acima, assinale a correta:

- A) As orações "abandono escolar", "perda de emprego" e "rompimentos de vínculos familiares e de amizade" são coordenadas sindéticas aditivas, conectadas entre si por conjunções explícitas.
- B) Há uma sequência de termos ligados por coordenação assindética, já que a relação entre eles ocorre sem o uso de conectores explícitos.
- C) Os elementos enumerados após "culminando em" formam um período composto por subordinação, pois cada termo depende sintaticamente de um verbo implícito.
- D) O trecho apresenta coordenação sindética conclusiva, pois os eventos listados expressam uma consequência inevitável do consumo de drogas.
- E) Trata-se de um caso típico de coordenação assindética entre termos de mesma função sintática, organizados em enumeração.

06. Assinale a alternativa em que a **justificativa para o acento gráfico** está **corretamente explicada**, de acordo com as regras atuais da ortografia oficial da língua portuguesa:

- A) A palavra **"têm"** (como em "eles têm") é acentuada com acento circunflexo por ser uma forma proparoxítona com nasalização.
- B) A palavra **"público"** é acentuada porque toda palavra terminada em "o" recebe acento quando tem três sílabas.
- C) O termo **"ideia"**, atualmente sem acento, teve o acento retirado para unificar a grafia de todas as palavras paroxítonas com ditongo aberto "ei".
- D) A palavra **"só"** (com o sentido de sozinho) manteve o acento gráfico obrigatório, pois ainda causa ambiguidade quando escrita sem ele.
- E) A forma verbal **"enjoo"** é acentuada graficamente por ser uma paroxítona terminada em "o".

No trecho:

"Por fim, fechamos o ciclo que sustenta esse universo diabólico com uma análise econômica clássica. A cracolândia representa a ponta de um mercado consumidor [...]"

07. A expressão **"esse universo diabólico"** exerce uma função coesiva no texto. Sobre o papel da expressão e o uso de pronomes e expressões referenciais, é correto afirmar:

- A) A expressão **"esse universo diabólico"** retoma o termo **"mercado consumidor"**, funcionando como um pronome demonstrativo anafórico.
- B) Trata-se de uma expressão catafórica, pois antecipa uma explicação que só será detalhada no parágrafo seguinte.
- C) A expressão possui valor exofórico, pois remete a uma realidade extratextual com base no conhecimento de mundo do leitor.
- D) A referência de **"esse universo diabólico"** recai sobre o ciclo de fatores que explicam e perpetuam a cracolândia, sendo uma retomada anafórica.
- E) O termo **"esse"** é inadequado, pois, por norma gramatical, deveria ser substituído por **"aquele"**, já que se refere a um elemento anterior.

Observe o seguinte trecho do texto:

"Ainda assim, devemos lembrar que não se trata de um fenômeno local da cidade de São Paulo, e nem mesmo nacional: há décadas grandes economias como os Estados Unidos também enfrentam a mesma problemática."

08. No contexto em que aparece, a expressão **"Ainda assim"** exerce qual função textual?

- A) Opera como conector de concessão, contrapondo-se a expectativas geradas anteriormente no texto.
- B) Aponta uma adição de informações sobre o mesmo tema, com função exclusivamente cumulativa.
- C) Estabelece uma retomada explicativa com base no desenvolvimento anterior do texto.
- D) Marca uma conclusão que decorre logicamente da tese apresentada no parágrafo anterior.
- E) Introduz uma exemplificação que reforça a argumentação anterior.

Considere o seguinte trecho adaptado do texto:

"É utópico esperar que o paciente, sozinho, promova as mudanças necessárias em sua rotina para que se mantenha longe das drogas."

09. Sobre a forma pronominal **"se mantenha"**, assinale a correta quanto à colocação pronominal e suas regras.

- A) O uso de próclise é inadequado, já que a regra geral determina a ênclise quando não há palavras atrativas imediatamente antes do verbo.
- B) Trata-se de mesóclise incorreta, pois o verbo está no subjuntivo, e a colocação correta seria com o pronome após o verbo: **"mantenha-se"**.
- C) A colocação pronominal está incorreta porque, em linguagem formal, o pronome oblíquo não pode vir antes do verbo no modo subjuntivo.
- D) A forma correta seria **"mantenha-se"**, pois, em início de oração subordinada, deve-se obrigatoriamente usar a ênclise.
- E) Trata-se de **próclise corretamente empregada**, exigida pela presença da conjunção subordinativa **"para que"**, que atrai o pronome oblíquo átono.

Considere o seguinte trecho do texto:

"Projetarmos a responsabilidade pelo sucesso do tratamento exclusivamente sobre esses pacientes é manter a cracolândia nas campanhas políticas para as próximas gerações."

10. Assinale a correta a respeito da regência verbal e nominal presente nesse período.

- A) O verbo **"projetar"** está inadequadamente empregado com a preposição **"sobre"**, pois esse verbo exige complemento direto, sem preposição.
- B) O substantivo **"responsabilidade"** está incorretamente regido, já que exige a preposição **"com"** e não **"por"** quando usado com sentido de culpa.
- C) A locução verbal **"é manter"** exige o uso de preposição entre os verbos para preservar a regência do infinitivo.
- D) O termo **"sucesso"** rege a preposição **"em"**, portanto a forma correta seria **"pelo sucesso no tratamento"**.
- E) A construção **"projetar a responsabilidade [...] sobre esses pacientes"** está correta, pois o verbo permite sentido figurado com a preposição **"sobre"**, e o substantivo **"responsabilidade"** rege a preposição **"por"**.

No trecho:

"A dependência química no padrão observado ali, que toma a forma de uma doença grave e degradante, é geralmente fruto de uma conjuntura de elementos."

11. A palavra "**degradante**" apresenta um processo de formação que se repete em outras palavras do texto. Com base nesse e em outros vocábulos presentes no texto, assinale a correta quanto à **estrutura e formação de palavras**.

- A) A palavra "reabilitação" é formada exclusivamente por derivação prefixal.
- B) "Consumidor" é formada por composição por justaposição, pois une dois radicais que mantêm sua integridade sonora.
- C) A palavra "cracolândia" é um exemplo de derivação parassintética, pois resulta da adição simultânea de prefixo e sufixo.
- D) "Desintoxicação" é formada por justaposição e sufixação, pois une "des" + "intoxicação" com acréscimo de um sufixo nominal.
- E) "Degradante" é formada por derivação sufixal a partir do verbo "degradar", assim como "consumidor" se forma a partir de "consumir" e "reabilitação" a partir de "reabilitar".

Considere o trecho adaptado do texto:

"É utópico esperar que o paciente, sozinho, promova as mudanças necessárias em sua rotina para que se mantenha longe das drogas."

12. Sobre a palavra "**utópico**" no contexto do trecho, assinale a correta.

- A) A palavra "utópico" é usada de forma figurada, significando que a ideia apresentada é absolutamente viável e próxima da realidade.
- B) A palavra "utópico" é empregada com o sentido de algo **impossível de ser realizado**, caracterizando uma visão idealista e irrealista do que pode ser feito.
- C) No contexto, "utópico" significa algo que é visto como **ideal e desejável**, mas de fácil implementação no cenário descrito.
- D) A palavra "utópico" é usada com o sentido de algo que é **fácil de alcançar**, possuindo um tom positivo e otimista sobre o futuro.
- E) O termo "utópico" é utilizado para transmitir uma ideia de **inovação e transformação radical**, sugerindo um futuro mais prático e possível.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carla Lima

13. Uma pesquisa foi realizada com 200 pessoas para saber suas preferências por dois times de futebol: o **Time A** e o **Time B**. Os resultados mostraram que:

- 120 pessoas torcem pelo Time A;
- 90 pessoas torcem pelo Time B;
- 50 pessoas torcem pelos dois times.

Com base nessas informações, **quantas pessoas torcem apenas pelo Time A?**

- A) 30
- B) 50
- C) 60
- D) 70
- E) 80

14. Observe a seguinte sequência numérica:

3, 6, 11, 18, 27, X

Qual é o número da sequência que deve ocupar o lugar de X?

- A) 35
- B) 38
- C) 40
- D) 42
- E) 45

15. Uma fábrica produz caixas de papelão. Cada caixa pequena ocupa 2 m² de papelão, e cada caixa grande ocupa 5 m². Em um determinado dia, foram produzidas 20 caixas no total, utilizando-se exatamente 70 m² de papelão.

Quantas caixas pequenas foram produzidas nesse dia?

- A) 5
- B) 8
- C) 10
- D) 12
- E) 15

16. Cinco amigos foram a uma pizzaria e pediram duas pizzas grandes e três refrigerantes. Cada pizza custou R\$ 42,00 e cada refrigerante, R\$ 8,00. Ao final, decidiram dividir a conta igualmente entre todos, mas um deles, que estava sem dinheiro, não participou da divisão.

Quanto cada um dos quatro amigos pagou?

- A) R\$ 25,00
- B) R\$ 27,00
- C) R\$ 29,00
- D) R\$ 30,00
- E) R\$ 32,00

17. Carlos foi contratado para pintar uma parede retangular de uma sala. A parede tem **6 metros de largura** e **2,5 metros de altura**. Cada **litro de tinta** cobre exatamente **10 metros quadrados**.

Sabendo que Carlos deseja aplicar **duas demãos** de tinta em toda a parede, quantos **litros de tinta** ele precisará comprar, no mínimo?

- A) 2
- B) 3
- C) 4
- D) 5
- E) 6

18. Em um projeto paisagístico, será construído um jardim em formato de triângulo retângulo. O jardineiro sabe que os dois catetos do triângulo medem, respectivamente, **9 metros** e **12 metros**. Ele deseja cercar o jardim com uma tela, contornando toda a área.

Qual será o **comprimento total da tela** que o jardineiro precisará utilizar?

- A) 20 metros
- B) 25 metros
- C) 30 metros
- D) 33 metros
- E) 36 metros

19. Durante uma reunião de trabalho, cinco colegas — André, Beatriz, Carol, Diego e Elisa — discutiram ideias para um novo projeto. Cada um deles expressou uma opinião diferente, mas nem todos concordaram entre si. Sabe-se que:

- André discorda de Carol e concorda com Beatriz.
- Beatriz concorda com Diego.
- Elisa discorda de Diego.
- Carol concorda com Elisa.

Com base nas informações acima, se André concorda com uma ideia, quem certamente também concorda com essa mesma ideia?

- A) Carol
- B) Diego
- C) Elisa
- D) Beatriz
- E) Nenhuma das anteriores

20. Em uma empresa, 80 funcionários participaram de cursos de capacitação. Desses:

- 50 fizeram o curso de Excel (conjunto e);
- 35 fizeram o curso de Power BI (conjunto P);
- 20 fizeram ambos os cursos.

Quantos funcionários fizeram apenas um dos dois cursos?

- A) 45
- B) 50
- C) 55
- D) 65
- E) 70

21. Durante uma promoção em um supermercado, cada **garrafa de suco** custa R\$ 6,00, mas a cada **4 garrafas compradas**, o cliente ganha **R\$ 4,00 de desconto** no total da compra.

Paulo comprou **12 garrafas** de suco nessa promoção. Qual foi o **valor total pago** por ele?

- A) R\$ 60,00
- B) R\$ 62,00
- C) R\$ 64,00
- D) R\$ 66,00
- E) R\$ 72,00

22. Joana está organizando uma confraternização para o feriado do Dia do Trabalhador, que acontece em 1º de maio. Como o evento será em um clube que só funciona de segunda a sexta-feira, ela precisa verificar se o dia 1º de maio de 2025 cairá em um dia útil.

Sabendo que 1º de março de 2025 cairá em um sábado, Joana pode concluir que o dia 1º de maio de 2025 cairá em qual dia da semana?

- A) Domingo.
- B) Segunda-feira.
- C) Quarta-feira.
- D) Quinta-feira.
- E) Sexta-feira.

ATUALIDADES / HISTÓRIA DO CEARÁ

Otoniel Linhares

23. Sobre a ocupação do território cearense no período colonial, é correto afirmar que:

- A) As atividades mineradoras foram predominantes na Capitania do Ceará.
- B) A ocupação foi pacífica, com acordos entre portugueses e nativos.
- C) O modelo de sesmarias consolidou a pequena propriedade agrícola.
- D) A pecuária extensiva teve papel central na interiorização da colonização.
- E) A economia cearense se desenvolveu prioritariamente com base na cana-de-açúcar.

24. A Confederação do Equador (1824) contou com a participação de cearenses. Esse movimento tinha como motivação:

- A) Apoiar o absolutismo monárquico.
- B) Defender a escravidão como base econômica.
- C) Impedir a instalação de um parlamento nacional.
- D) Rejeitar a centralização imposta por D. Pedro I.
- E) Defender o federalismo absolutista proposto pela Coroa.

25. O "banditismo" no interior do Ceará, no início do século XX, relaciona-se:

- A) À luta contra o domínio espanhol no Nordeste.
- B) Ao combate aos sindicatos urbanos.
- C) À atuação de messianismos e cangaço.
- D) Ao incentivo governamental à agricultura familiar.
- E) À presença de movimentos anarquistas rurais.

26. A chamada "indústria da seca" pode ser compreendida como:

- A) Uso sustentável das secas para desenvolvimento do semiárido.
- B) Política pública eficaz de combate à desertificação.
- C) Esquema clientelista que lucra com a miséria do sertão.
- D) Tecnologia de irrigação moderna implantada pelo DNOCS.
- E) Investimento privado em energias renováveis no sertão.

27. Nos chamados "governos das mudanças" no Ceará, a partir da redemocratização, destacou-se:

- A) O retorno ao modelo de coronelismo rural.
- B) A rejeição à industrialização no estado.
- C) A continuidade do sistema escravocrata.
- D) A modernização da gestão pública e infraestrutura.
- E) O isolamento político do estado frente ao Brasil.

28. Sobre os impactos das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, assinale a correta.

- A) As enchentes ocorreram somente por causas naturais.
- B) O governo federal foi amplamente elogiado pela agilidade na liberação de recursos.
- C) A tragédia revelou falhas estruturais e ausência de planejamento urbano.
- D) A resposta emergencial foi liderada exclusivamente por ONGs.
- E) O evento não gerou repercussão internacional.

29. Em relação ao mercado de trabalho e inteligência artificial em 2025, a OIT alertou que:

- A) IA beneficiará todos os empregos igualmente.
- B) Não há riscos relacionados à IA no curto prazo.
- C) A IA pode afetar até um quarto dos empregos globalmente.
- D) A IA só impactará o setor industrial.
- E) IA tende a aumentar os salários em todos os setores.

30. A suspensão da compra de frango brasileiro pela UE e outros países em 2025 foi motivada por:

- A) Desacordos comerciais com o Mercosul.
- B) Irregularidades tributárias das exportadoras.
- C) Caso confirmado de gripe aviária em granja brasileira.
- D) Embargo da OMC por questões ambientais.
- E) Reação à política monetária do Brasil.

31. Em 2024, o Brasil alcançou a menor taxa de natalidade desde 1976. Um dos fatores associados é:

- A) Incentivos governamentais à natalidade.
- B) Aumento da mortalidade infantil.
- C) Mudança no perfil etário da maternidade.
- D) Crescimento explosivo da população jovem.
- E) Maior número de casamentos precoces.

32. Em relação ao BRICS+ em 2025, é correto afirmar:

- A) O bloco foi dissolvido devido a conflitos internos.
- B) Apenas Brasil e China permanecem como membros.
- C) O BRICS ampliou-se com novos países do Sul Global.
- D) O BRICS passou a ser comandado pela OTAN.
- E) O grupo se voltou exclusivamente à segurança militar.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rafael Barbosa

33. Sobre as características básicas das organizações formais modernas, é correto afirmar que:

- A) A estrutura funcional é a que prioriza a divisão por produtos ou serviços.
- B) A departamentalização geográfica prioriza a divisão por processos internos da organização.
- C) A estrutura matricial combina aspectos da estrutura funcional com a estrutura por projetos.
- D) A departamentalização por clientes busca reduzir o número de níveis hierárquicos.
- E) A estrutura linear caracteriza-se pela ênfase na especialização técnica e na descentralização.

34. O processo organizacional envolve um conjunto de funções essenciais. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta corretamente uma dessas funções.

- A) O planejamento é a função que executa diretamente as tarefas organizacionais.
- B) A direção corresponde ao estabelecimento de objetivos e metas organizacionais.
- C) O controle consiste em estabelecer os padrões de desempenho e garantir que sejam atingidos.
- D) A avaliação refere-se ao ato de delegar autoridade aos subordinados.
- E) A comunicação é um processo isolado, desconectado das demais funções organizacionais.

35. A gestão de processos nas organizações busca, principalmente:

- A) Garantir que cada departamento atue de maneira isolada para otimizar suas funções.
- B) Focar exclusivamente na redução de custos, mesmo que isso comprometa a qualidade.

- C) Assegurar a visão sistêmica e integrada das atividades organizacionais, promovendo a melhoria contínua.
- D) Priorizar a burocracia e o excesso de procedimentos para aumentar a segurança.
- E) Restringir a participação dos colaboradores na definição e melhoria dos processos.

36. Acerca da organização administrativa brasileira, assinale a correta.

- A) A desconcentração administrativa ocorre quando a União delega competências para os Estados.
- B) A administração indireta é composta exclusivamente pelos Ministérios e Secretarias.
- C) A descentralização ocorre quando uma entidade cria outra, com personalidade jurídica própria, para executar atividades.
- D) As agências reguladoras integram a administração direta e estão subordinadas aos Ministérios.
- E) A centralização administrativa ocorre quando a União transfere atividades para autarquias.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO – TÓPICOS 7, 8 E 11

Maria Julia

37. Sobre as Agências Reguladoras e Executivas, analise as afirmativas a seguir:

- I. As agências reguladoras possuem autonomia normativa e administrativa, podendo editar normas técnicas vinculantes para o setor regulado e aplicar sanções administrativas.
- II. O contrato de desempenho, exigido para qualificação como agência executiva, possui periodicidade mínima de dois anos e máxima de cinco anos.
- III. A nomeação dos dirigentes das agências reguladoras, em regra, exige aprovação prévia pelo Poder Legislativo, geralmente mediante sabatina no Senado Federal.
- IV. O regime jurídico das agências executivas e das agências reguladoras é equivalente, pois ambas são fundações públicas dotadas de autonomia técnica.

Estão corretas as afirmativas:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I, II, III e IV.
- E) Nenhuma está correta.

38. Lucas, servidor público, adota uma interpretação equivocada da legislação ao firmar um contrato com uma entidade privada. Sua decisão estava respaldada em pareceres jurídicos e em entendimento jurisprudencial não pacificado. Posteriormente, o Tribunal de Contas entende que houve prejuízo ao erário, mas constata que Lucas não buscava obter qualquer vantagem ilícita nem tinha ciência de que sua conduta poderia gerar tal resultado.

Diante desse contexto e das disposições da Lei n. 8.429/1992, assinale a correta:

- A) Lucas responde por ato de improbidade administrativa, pois basta a voluntariedade da conduta, independentemente de dolo.
- B) Lucas não responde por improbidade, pois a lei exige dolo específico, o que não se verifica no caso.
- C) Lucas responde por improbidade, uma vez que prejuízo ao erário caracteriza automaticamente ato ímprobo.
- D) Lucas responde por ato de improbidade apenas se tiver recebido vantagem econômica pessoal.
- E) Lucas responde, desde que não comprove ausência de culpa, pois a lei admite a responsabilização culposa.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO – TÓPICOS 9 E 10

Glauber Marinho

39. A respeito de ética e o exercício da função pública, assinale a correta.

- A) Quanto ao aspecto etimológico, ética e moral têm origens similares.
- B) O senso moral representa um conjunto de virtudes e vícios. Desse modo, as qualidades humanas são de origem genética.
- C) As virtudes são adquiridas por força do hábito.
- D) O aprendizado no campo ético é circunscrito à educação formal.
- E) O desenvolvimento humano no campo ético é circunscrito ao ambiente familiar.

40. As relações humanas possuem conexão com o conceito de ética. A respeito dos relacionamentos no ambiente de trabalho, guiados por princípios éticos, assinale a alternativa que contemple um comportamento que contribua com a harmonia nas relações socioprofissionais:

- A) Insolência.
- B) Temor.
- C) Temeridade.
- D) Presteza.
- E) Reatividade.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Vinicius Marques

41. Assinale a correta sobre a organização e competências do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, conforme a Constituição Federal.

- A) Os Deputados Federais representam os Estados e o Distrito Federal, sendo eleitos segundo o princípio majoritário, com mandato de quatro anos.
- B) O Senado Federal possui competência exclusiva para iniciar o processo legislativo das leis complementares, que exigem maioria absoluta para sua aprovação.
- C) O Congresso Nacional possui competência exclusiva para autorizar o Presidente da República a declarar guerra, nos casos de agressão estrangeira, ou celebrar a paz.
- D) Compete privativamente à Câmara dos Deputados julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade, após autorização do Senado.
- E) Os Senadores são representantes do povo, sendo três eleitos por Estado e pelo Distrito Federal, com mandato de quatro anos, vedada a reeleição imediata.

42. Assinale a correta sobre os direitos e deveres individuais e coletivos, conforme a Constituição Federal.

- A) É garantido o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, salvo por ordem do Ministério Público, nos casos de investigação criminal.
- B) A casa é o asilo inviolável do indivíduo, sendo possível sua entrada a qualquer hora do dia ou da noite por ordem escrita e fundamentada da autoridade policial.
- C) O Estado pode criar distinções entre brasileiros natos e naturalizados para fins de exercício de direitos civis, políticos e sociais.
- D) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, salvo em caso de reparação de dano e perdimento de bens, nos termos da lei.
- E) A liberdade de associação é plena, sendo permitida a associação de caráter paramilitar, desde que registrada e com autorização judicial.

43. Assinale a correta sobre os direitos fundamentais assegurados na Constituição Federal de 1988.

- A) A criação de associações depende de autorização legal e registro no cartório de pessoas jurídicas.
- B) O direito de reunião pode ser exercido livremente em locais abertos ao público, ainda que armados, desde que não haja violência.
- C) É garantido o direito de propriedade sem restrições, independentemente de sua função social.
- D) O habeas corpus é cabível para proteger o direito de ir e vir contra ameaça ou coação em liberdade de locomoção, mesmo em casos de punição disciplinar militar.
- E) A manifestação do pensamento é livre, sendo vedado o anonimato, nos termos da Constituição.

44. Assinale a correta a respeito dos direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988.

- A) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, salvo em caso de lei municipal aprovada por unanimidade.
- B) A lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário lesões a direitos individuais de pequeno valor, para evitar sobrecarga do Judiciário.
- C) É assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral, salvo nos casos de crimes graves.
- D) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de qualificação técnica.
- E) Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal.

45. Durante uma diligência da Polícia Militar, o soldado Caio abordou um grupo de moradores de rua e, ao conversar com um deles, descobriu que Maria, gestante de 7 meses, estava em situação de rua há mais de 2 semanas. Maria afirmou que procurou atendimento médico, mas foi informada que só haveria vaga para internação em outra cidade e que por ela ser gestante e também não possuir emprego formal, não tinha direito ao atendimento pelo Sus. Diante da situação, assinale a correta à luz dos direitos sociais previstos na Constituição Federal.

- A) A saúde é direito de todos e dever do Estado, devendo ser garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- B) A assistência à gestante é obrigatória apenas nos casos de alto risco, cabendo ao gestor local definir os critérios de prioridade de atendimento.
- C) A Constituição garante a saúde apenas aos cidadãos que contribuíram com o sistema público, sendo Maria, como pessoa em situação de rua, beneficiária eventual.
- D) A internação hospitalar é direito apenas de gestantes que comprovem vínculo empregatício com carteira assinada.
- E) A Constituição prevê o atendimento prioritário a idosos e pessoas com deficiência, mas não menciona gestantes como público prioritário.

46. Joana, brasileira nata, tem 35 anos e trabalha como auditora do Estado. Após se filiar a um partido político, decidiu se candidatar ao cargo de deputada federal. Contudo, foi informada de que, por ser servidora pública, deveria aguardar aposentadoria para concorrer. Diante disso, Joana procurou saber quais são seus direitos políticos. Assinale a correta.

- A) Joana só poderá concorrer a cargo eletivo após a aposentadoria, pois servidores públicos efetivos não possuem capacidade eleitoral passiva.
- B) Joana poderá se candidatar, desde que se afaste do cargo público em tempo compatível com a legislação eleitoral.
- C) O cargo de auditora é incompatível com o exercício de qualquer mandato eletivo, conforme regra de inelegibilidade constitucional.
- D) Servidores públicos civis não podem se filiar a partidos políticos, sob pena de perda do cargo.
- E) Apenas membros do Poder Judiciário e do Ministério Público podem concorrer a cargos eletivos, mediante desincompatibilização.

47. Carlos, brasileiro naturalizado, 30 anos, alfabetizado e residente no Brasil há mais de 15 anos, deseja se candidatar ao cargo de Presidente da República. Ele possui domicílio eleitoral e filiação partidária regular, mas foi informado de que sua candidatura seria inviável. À luz da Constituição Federal, assinale a correta.

- A) Carlos poderá concorrer ao cargo, pois cumpre todos os requisitos de elegibilidade exigidos pela Constituição.
- B) Carlos não pode concorrer à Presidência, pois esse cargo é exclusivo para brasileiros natos.
- C) Carlos está impedido de votar, já que os naturalizados não possuem capacidade eleitoral ativa.
- D) Carlos poderá concorrer desde que obtenha autorização judicial do Tribunal Superior Eleitoral.
- E) Carlos está inelegível para qualquer cargo político, conforme previsão do artigo 14 da Constituição.

48. Sobre as atribuições do Presidente da República e dos Ministros de Estado, assinale a correta.

- A) Os Ministros de Estado exercem funções meramente administrativas e não possuem competência para expedir atos normativos com efeito externo.
- B) Compete privativamente ao Presidente da República sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos autônomos que versem sobre matéria tributária.
- C) Os Ministros de Estado respondem diretamente ao Poder Legislativo e possuem autonomia funcional plena em relação ao Presidente da República.
- D) O Presidente da República pode delegar aos Ministros de Estado a competência para editar medidas provisórias, quando não houver impedimento legal.
- E) Os Ministros de Estado podem ser delegatários de competências do Presidente da República, como conceder indulto, desde que haja expressa autorização legal e constitucional para tal delegação.

49. Assinale a correta sobre o Poder Judiciário e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme a Constituição Federal de 1988.

- A) O Conselho Nacional de Justiça é um órgão do Poder Executivo com funções correccionais e administrativas sobre os magistrados.
- B) A Constituição estabelece que apenas membros da magistratura compõem o CNJ, garantindo-se a imparcialidade das decisões do órgão.
- C) Compete ao CNJ o controle jurisdicional dos atos decisórios dos juízes e tribunais, inclusive com poder para anulá-los por erro de direito.
- D) O Conselho Nacional de Justiça é responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, bem como do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- E) O Supremo Tribunal Federal exerce controle externo do Poder Judiciário, enquanto o CNJ atua exclusivamente na apuração disciplinar de magistrados federais.

50. Durante uma operação ostensiva realizada pela Polícia Rodoviária Federal em uma rodovia federal, o agente Clodoaldo intercepta um veículo que transportava grande quantidade de drogas. O condutor é preso em flagrante. No mesmo momento, uma viatura da Polícia Civil estadual chega ao local e reivindica a condução do caso, alegando ser sua atribuição exclusiva investigar crimes. Diante do caso apresentado, assinale a correta.

- A) A Constituição restringe a atuação da Polícia Rodoviária Federal ao trânsito e fiscalização viária, sendo vedada sua participação em ocorrências criminais.
- B) A atuação da Polícia Civil é sempre prioritária sobre a da Polícia Rodoviária Federal, mesmo em rodovias federais, em razão da competência investigativa constitucional.
- C) A Polícia Rodoviária Federal tem competência apenas para escolta de autoridades e bens da União, não podendo prender em flagrante fora desse contexto.
- D) A Polícia Rodoviária Federal pode atuar em ações ostensivas e prender em flagrante durante o exercício de sua atividade de patrulhamento, mas a investigação formal do crime caberá à Polícia Civil ou Federal, conforme o caso.
- E) A Constituição autoriza a Polícia Rodoviária Federal a realizar todas as fases da persecução penal, inclusive o inquérito, quando o crime ocorrer em rodovia federal.

51. Um município decide, por lei local, criar uma força policial armada com poder de investigação, subordinada ao prefeito, argumentando que os altos índices de criminalidade exigem uma resposta imediata e eficiente por parte do poder local. Diante da situação descrita, assinale a correta.

- A) A criação de qualquer órgão policial depende apenas da vontade política do ente federativo envolvido, respeitada a autonomia constitucional.
- B) O município pode criar uma polícia própria com poder de investigação, desde que não interfira nas atribuições da União ou do Estado.
- C) A criação de forças policiais armadas com poder de investigação pelos municípios viola a Constituição, pois esta restringe o exercício da função policial judiciária e ostensiva aos órgãos nela previstos.
- D) A CF permite que a Guarda Municipal exerça funções investigativas e de policiamento ostensivo de forma ampla, desde que treinada e armada.
- E) O prefeito pode nomear policiais municipais com autonomia plena para atuar em qualquer parte do território estadual, desde que autorizados pelo governador.

52. Assinale a correta acerca da disciplina constitucional das Forças Armadas.

- A) As Forças Armadas são instituições permanentes e regulares, subordinadas ao Congresso Nacional e compostas pela Marinha, pelo Exército e pela Força Nacional de Segurança Pública.
- B) As Forças Armadas, embora subordinadas ao Presidente da República, podem agir de ofício em defesa da ordem interna, desde que com autorização de seus respectivos comandos.
- C) As Forças Armadas, sob autoridade suprema do Presidente da República, destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.
- D) O serviço militar obrigatório foi abolido pela Constituição Federal de 1988, que instituiu o alistamento voluntário como critério de acesso às Forças Armadas.
- E) As polícias militares integram as Forças Armadas, sendo consideradas sua reserva imediata e força auxiliar, nos termos do texto constitucional.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Alice Rocha

53. A Constituição Federal de 1988 estabelece um conjunto de direitos e garantias fundamentais que refletem a incorporação dos Direitos Humanos no ordenamento jurídico brasileiro. Sobre a relação entre Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988, assinale a correta.

- A) A Constituição Federal de 1988 prevê que os tratados internacionais sobre direitos humanos serão equivalentes às emendas constitucionais quando aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.
- B) Os direitos e garantias expressos na Constituição Federal excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- C) A Constituição Federal de 1988 estabelece que os tratados internacionais sobre direitos humanos têm status de lei ordinária, independentemente do quórum de aprovação no Congresso Nacional.
- D) A prevalência dos direitos humanos não figura entre os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, conforme estabelecido na Constituição Federal.
- E) A Constituição Federal de 1988 não reconhece a aplicabilidade imediata das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, exigindo sempre regulamentação infraconstitucional.

54. A Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) representa um importante marco no enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil. Sobre esta legislação, é CORRETO afirmar que:

- A) A Lei Maria da Penha define violência doméstica e familiar contra a mulher apenas como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte ou lesão física.
- B) As medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha só podem ser concedidas pelo juiz a requerimento do Ministério Público, não podendo ser solicitadas diretamente pela ofendida.
- C) A Lei Maria da Penha não se aplica às relações homoafetivas entre mulheres, restringindo-se apenas às relações heterossexuais.
- D) Configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, desde que ocorra no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto.
- E) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada exclusivamente de forma articulada conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, não incluindo o Sistema Único de Saúde.

55. O Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010) destina-se a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Sobre o Estatuto da Igualdade Racial, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) O Estatuto da Igualdade Racial define discriminação racial ou étnico-racial como toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais.
- B) O Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o Sistema Único de Saúde (SUS) garantirá atenção integral à saúde da população negra, incluindo ações específicas com o objetivo de reduzir as desigualdades étnicas e o combate à discriminação nas instituições do SUS.
- C) O Estatuto da Igualdade Racial prevê que o poder público promoverá campanhas de conscientização contra o racismo e a discriminação racial e em favor da valorização da história e cultura afro-brasileiras.
- D) O Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana não será garantido pelo poder público, por se tratar de questão de foro íntimo.
- E) O Estatuto da Igualdade Racial determina que o poder público adotará programas de ação afirmativa, incluindo medidas especiais destinadas a corrigir as desigualdades raciais e promover a igualdade de oportunidades.

56. Sobre o conceito e a fundamentação dos Direitos Humanos, assinale a correta.

- A) Os Direitos Humanos são prerrogativas exclusivas dos cidadãos de países signatários de tratados internacionais específicos, não se aplicando universalmente a todos os seres humanos.
- B) A fundamentação dos Direitos Humanos baseia-se exclusivamente em critérios religiosos, não havendo justificativa filosófica ou jurídica para sua existência.
- C) Os Direitos Humanos são caracterizados por serem universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados, aplicando-se a todas as pessoas, independentemente de nacionalidade, sexo, etnia, cor, religião, língua, orientação sexual ou qualquer outra condição.
- D) Os Direitos Humanos são concessões dos Estados aos seus cidadãos, podendo ser revogados a qualquer momento conforme a conveniência política ou econômica.
- E) A fundamentação dos Direitos Humanos reconhece que estes podem ser hierarquizados, sendo os direitos civis e políticos sempre prioritários em relação aos direitos econômicos, sociais e culturais.

57. A Política Nacional de Direitos Humanos no Brasil é orientada pelo Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Sobre este programa, é CORRETO afirmar que:

- A) O PNDH é um documento estático, elaborado uma única vez, que não sofre atualizações ou revisões desde sua criação.
- B) O PNDH-3, instituído pelo Decreto-Lei n. 7.037/2009 e atualizado pelo Decreto-Lei n. 7.177/2010, está estruturado em seis eixos orientadores, entre eles a interação democrática entre Estado e sociedade civil e o desenvolvimento e direitos humanos.
- C) O PNDH não contempla ações relacionadas à memória e à verdade sobre violações de direitos humanos ocorridas durante o regime militar no Brasil.
- D) O PNDH é um programa exclusivamente voltado para a proteção dos direitos civis e políticos, não abrangendo direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.
- E) A elaboração e implementação do PNDH é responsabilidade exclusiva do Poder Judiciário, sem participação dos demais poderes ou da sociedade civil.

58. O destina-se a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Sobre este Estatuto, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O Estatuto da Pessoa com Deficiência considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- B) De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- C) O Estatuto da Pessoa com Deficiência estabelece que a pessoa com deficiência será obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada, independentemente de sua vontade.
- D) Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades com as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.
- E) O Estatuto da Pessoa com Deficiência assegura o direito ao exercício da capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas, podendo a pessoa com deficiência ser submetida à curatela quando necessário.

59. Sobre o racismo institucional e suas manifestações, assinale a correta:

- A) Racismo institucional refere-se exclusivamente a atos individuais de discriminação racial praticados por servidores públicos no exercício de suas funções.
- B) O racismo institucional manifesta-se apenas em países com histórico de segregação racial legalizada, não ocorrendo em sociedades que se declaram democracias raciais, como o Brasil.
- C) O racismo institucional caracteriza-se pelo fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido à sua cor, cultura ou origem étnica, podendo ser detectado em processos, atitudes e comportamentos que denotam discriminação resultante de preconceito inconsciente, ignorância ou estereótipos racistas.
- D) As políticas de ação afirmativa, como cotas raciais em universidades e concursos públicos, são consideradas formas de racismo institucional por estabelecerem tratamento diferenciado com base na raça.
- E) O combate ao racismo institucional depende exclusivamente da punição individual dos agentes públicos que praticam atos discriminatórios, não exigindo mudanças estruturais nas instituições.

60. A Constituição Federal de 1988 estabelece a responsabilidade do Estado brasileiro em relação aos Direitos Humanos. Sobre esta responsabilidade, é CORRETO afirmar que:

- A) O Estado brasileiro não pode ser responsabilizado internacionalmente por violações de direitos humanos, pois a soberania nacional prevalece sobre os compromissos internacionais assumidos.
- B) A responsabilidade do Estado brasileiro em relação aos direitos humanos limita-se a não violar diretamente esses direitos, não incluindo o dever de proteger os indivíduos contra violações cometidas por terceiros.
- C) O Estado brasileiro tem responsabilidade apenas pelos direitos civis e políticos, não sendo obrigado a garantir direitos econômicos, sociais e culturais, que dependem exclusivamente da disponibilidade orçamentária.
- D) A responsabilidade do Estado brasileiro em relação aos direitos humanos inclui os deveres de respeitar, proteger e implementar esses direitos, adotando medidas legislativas, administrativas, judiciais e de outra natureza para sua efetivação.
- E) A responsabilidade do Estado brasileiro em relação aos direitos humanos é meramente declaratória, não gerando obrigações concretas de prevenção, investigação e punição de violações.

61. Sobre os direitos das pessoas moradoras de favelas e comunidades urbanas marginalizadas, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) As pessoas moradoras de favelas e comunidades urbanas marginalizadas têm direito à segurança da posse, que as protege contra remoções forçadas, ameaças e outras formas de assédio.
- B) O direito à moradia adequada das pessoas moradoras de favelas inclui o acesso a serviços essenciais como água potável, saneamento básico, energia elétrica e coleta de lixo.
- C) As operações policiais em favelas e comunidades urbanas marginalizadas podem desconsiderar os direitos fundamentais dos moradores em nome da segurança pública, constituindo exceção legítima à proteção dos direitos humanos.
- D) As pessoas moradoras de favelas e comunidades urbanas marginalizadas têm direito à participação nas decisões que afetam suas comunidades, incluindo projetos de urbanização e regularização fundiária.
- E) O estigma e a discriminação associados às favelas e comunidades urbanas marginalizadas constituem violações de direitos humanos que devem ser combatidas pelo Estado.

62. A diversidade sexual e os direitos das pessoas LGBTQIA+ são temas relevantes no campo dos Direitos Humanos. Sobre este tema, assinale a correta:

- A) No Brasil, a homofobia e a transfobia não são consideradas crime, havendo apenas sanções administrativas para casos de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero.
- B) O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, mas não estendeu a possibilidade de casamento civil a casais homoafetivos.
- C) O direito à identidade de gênero, que inclui o reconhecimento do nome social e a retificação do registro civil de pessoas transgênero, não é reconhecido pelo ordenamento jurídico brasileiro.
- D) O STF, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 26 e o Mandado de Injunção (MI) 4733, entendeu que atos de homofobia e transfobia devem ser enquadrados como crime de racismo até que o Congresso Nacional edite lei específica sobre a matéria.
- E) A discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero é permitida no ambiente de trabalho e no acesso a serviços públicos, desde que fundamentada em convicções religiosas ou morais.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL MILITAR / PROCESSO PENAL MILITAR

Cícero Coimbra

63. Marcela, Soldado da ativa da Polícia Militar do Estado do Ceará, em atendimento de uma ocorrência policial, sofre o ataque de um cão, solto na rua, sem que tenha o animal sido instigado por qualquer pessoa. Para defender sua integridade corporal, Marcela dispara um tiro contra o animal que morre. Nesta situação, Marcela agiu

- A) em legítima defesa.
- B) em estrito cumprimento do dever legal.
- C) em estado de necessidade justificante.
- D) em estado de necessidade exculpante.
- E) em exercício regular de um direito.

64. Não é culpado quem comete o crime

- A) sob coação resistível ou que não lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade.
- B) sob coação irresistível ou que não lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade.
- C) sob coação resistível ou que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade.
- D) sob coação irresistível ou que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade.
- E) sob coação resistível ou que mantenha a faculdade de agir segundo a própria vontade.

65. Considera-se militar, para fins de aplicação da lei penal militar,

- A) qualquer pessoa que, em tempo de paz ou de guerra, seja incorporada a instituições militares ou nelas matriculada, para servir em posto ou em graduação ou em regime de sujeição à disciplina militar.
- B) qualquer pessoa que, apenas em tempo de paz, seja incorporada a instituições militares ou nelas matriculada, para servir em posto ou em graduação ou em regime de sujeição à disciplina militar.
- C) qualquer pessoa que, apenas em tempo de guerra, seja incorporada a instituições militares ou nelas matriculada, para servir em posto ou em graduação ou em regime de sujeição à disciplina militar.
- D) qualquer pessoa que, em tempo de paz ou de guerra, seja incorporada, somente, a instituições militares, para servir em posto ou em graduação ou em regime de sujeição à disciplina militar.
- E) qualquer pessoa que, em tempo de paz ou de guerra, seja matriculada, somente, a instituições militares, para servir em posto ou em graduação ou em regime de sujeição à disciplina militar.

66. Equipara-se ao comandante, para o efeito da aplicação da lei penal militar,

- A) apenas a autoridade que tenha na designação de sua função a palavra "Comandante".
- B) toda autoridade com função de direção.
- C) todo militar.
- D) todo militar superior.
- E) todo militar que seja oficial.

67. Os crimes de que trata o art. 9º do Código Penal Militar, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares da Polícia Militar do Estado do Ceará, contra civil, serão da competência

- A) da Justiça Militar da União.
- B) da Justiça Militar Estadual.
- C) da vara da Justiça Federal.
- D) do Tribunal do Júri.
- E) da vara criminal da Justiça Comum Estadual.

68. Um soldado do Exército Brasileiro está em operação de garantia da lei e da ordem (GLO) no Estado do Ceará, quando em um determinado momento, no revide a uma agressão injusta e atual, mata o civil que contra ele disparava. Neste caso, a competência para processar e julgar o fato será

- A) da Justiça Militar da União.
- B) da Justiça Militar Estadual.
- C) da vara da Justiça Federal.
- D) do Tribunal do Júri.
- E) da vara criminal da Justiça Comum Estadual.

69. Jorge, soldado da Polícia Militar do Estado do Ceará, na ativa e em serviço, em uma ocorrência policial, em revide a uma agressão atual e injusta, mata um outro policial militar da ativa. Neste caso, a competência para processar e julgar o fato será

- A) da Justiça Militar da União.
- B) da Justiça Militar Estadual.
- C) da vara da Justiça Federal.
- D) do Tribunal do Júri.
- E) da vara criminal da Justiça Comum Estadual.

70. A prescrição da pretensão punitiva, em abstrato, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se

- A) em quarenta anos, se a pena é de morte.
- B) em trinta anos, se o máximo da pena é superior a doze.
- C) em três anos, se o máximo da pena é inferior a um ano.
- D) em dez anos, se o máximo da pena é superior a dois e não excede a quatro.
- E) em quinze anos, se o máximo da pena é superior a oito e não excede a doze.

71. No crime de roubo, no Código Penal Militar, o cometimento do crime com emprego de arma de fogo

- A) a pena será agravada.
- B) haverá forma qualificada com pena de reclusão de 8 a 16 anos.
- C) a pena será majorada em 2/3.
- D) a pena será atenuada.
- E) a pena será majorada de 1/3 até a metade.

72. No crime de desacato a superior, segundo estrita previsão do Código Penal Militar, A pena será agravada, se o superior

- A) estiver de serviço.
- B) estiver em local sob administração militar.
- C) for oficial general ou comandante da subunidade a que pertence o agente.
- D) for oficial general ou comandante da unidade a que pertence o agente.
- E) for mulher.

73. No crime militar de traição, o sujeito ativo será

- A) qualquer pessoa.
- B) apenas o militar.
- C) apenas o civil.
- D) apenas o estrangeiro.
- E) apenas o nacional.

74. No crime militar de traição imprópria, o sujeito ativo será

- A) qualquer pessoa.
- B) apenas o militar.
- C) apenas o civil.
- D) apenas o estrangeiro.
- E) apenas o nacional.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Carhla Alves

75. O art. 2º do Código de Processo Penal adotou o princípio da imediata aplicação da lei processual penal. O que se leva em conta, portanto, é

- A) a data da realização do ato.
- B) a data da infração penal.
- C) a data do resultado.
- D) a lei nova, desde que favorável à defesa.
- E) a lei mais benéfica.

76. Com base nas disposições do Código de Processo Penal, a lei processual penal

- A) não admite aplicação analógica.
- B) veda a interpretação extensiva.
- C) não se sujeita a tratados, convenções ou regras de direito internacional.
- D) admite o suplemento dos princípios gerais de direito.
- E) deve ser interpretada sempre restritivamente.

77. De acordo com o disposto no Código de Processo Penal, o processo penal terá estrutura

- A) inquisitória.
- B) acusatória.
- C) investigatória.
- D) contraditória.
- E) mista.

78. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente, EXCETO:

- A) receber a comunicação da prisão, no prazo de vinte e quatro horas.
- B) decidir sobre a busca e apreensão domiciliar.
- C) determinar a instauração de incidente de insanidade mental.
- D) decidir sobre o afastamento dos sigilos fiscal, bancário, de dados e telefônico.
- E) determinar o trancamento do inquérito policial quando não houver fundamento razoável para sua instauração ou prosseguimento.

79. Segundo as disposições do Código de Processo Penal, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá

- A) apreender os objetos que tiverem relação com o fato, imediatamente.
- B) dirigir-se ao local, providenciando para que não se alterem o estado e conservação das coisas, se possível.
- C) solicitar que os peritos colham todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato.
- D) requisitar autorização judicial para ouvir o indiciado.
- E) determinar, se for caso, que se proceda a exame de corpo de delito e a quaisquer outras perícias.

80. Acerca do inquérito policial, considerando o Código de Processo Penal, analise os itens.

- I. Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.
- II. Para verificar a possibilidade de haver a infração sido praticada de determinado modo, a autoridade policial sempre poderá proceder à reprodução simulada dos fatos.
- III. Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícia, salvo mediante autorização judicial.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

81. Considerando as disposições da Lei n. 7.960/1989, marque (V) ou (F) nas afirmativas abaixo, conforme sejam verdadeiras ou falsas.

- () A prisão temporária poderá ser decretada de ofício, em caso de extrema e comprovada necessidade.
- () A prisão temporária é uma modalidade de prisão cautelar, aplicável no curso do inquérito policial e na instrução criminal.
- () Poderá o juiz, de ofício, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.

- A) V, F, F.
- B) V, V, F.
- C) F, F, V.
- D) F, V, F.
- E) V, F, V.

82. Acerca do instituto da prisão, julgue os itens a seguir, tendo como base o CPP.

- A) A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, independente das restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.
- B) O mandado de prisão será lavrado pela autoridade judicial.
- C) A falta de exibição do mandado sempre obstará a prisão.
- D) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- E) A falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.

83. Em relação à ação penal, com base nas disposições do Código de Processo Penal, assinale a opção correta.

- A) O Ministério Público poderá desistir da ação penal.
- B) A queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos.
- C) A renúncia concedida a um dos querelados aproveitará a todos, sem que produza, todavia, efeito em relação ao que o recusar.
- D) A queixa, quando a ação penal for privativa do ofendido, não poderá ser aditada pelo Ministério Público.
- E) O Ministério Público não poderá dispensar o inquérito para promover a ação penal.

84. Acerca das disposições constitucionais aplicáveis ao direito processual penal, analise os itens.

- I. Ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, desde que comprovado o prévio pagamento da fiança.
- II. O preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.
- III. A prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade policial.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

85. Com relação à lei penal no espaço, o Código Penal adota, em regra, o princípio da

- A) territorialidade.
- B) extraterritorialidade.
- C) ultratividade.
- D) defesa.
- E) nacionalidade.

86. Em relação à aplicação da lei penal, analise os itens.

- I. A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.
- II. A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- III. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e cíveis da sentença condenatória.

Assinale a opção correta.

- A) Apenas o item I está certo.
- B) Apenas o item II está certo.
- C) Apenas os itens I e II estão certos.
- D) Apenas os itens II e III estão certos.
- E) Todos os itens estão certos.

NOÇÕES DE CRIMINOLOGIA

Ronaldo Paiva

87. A Criminologia é definida como:

- A) Uma ciência jurídica que trata exclusivamente da aplicação de penas.
- B) Uma ciência social que estuda o crime, o criminoso, a vítima e o controle social.
- C) Uma disciplina filosófica que analisa o comportamento ético do ser humano.
- D) Uma ciência biológica que investiga as causas genéticas do crime.
- E) Um ramo do Direito Penal voltado para a criação de leis.

88. Assinale a opção abaixo que NÃO é considerada uma escola criminológica.

- A) Escola Positivista.
- B) Escola Clássica.
- C) Escola Sociológica.
- D) Escola Funcionalista.
- E) Escola Crítica.

89. O conceito de "vitimização secundária" refere-se à(ao)

- A) primeiro contato da vítima com o criminoso.
- B) revitimização causada pelo próprio agressor.
- C) sofrimento da vítima devido à atuação inadequada do sistema de justiça ou da sociedade.
- D) ausência de proteção policial no local do crime.
- E) reincidência em crimes cometidos contra a mesma vítima.

90. Sobre os modelos teóricos e históricos da Criminologia, é possível observar inúmeros autores que se tornaram referência para a explicação do fenômeno criminal. Nesse sentido, assinale a alternativa que apresenta um autor considerado um dos principais representantes da Escola Positivista da Criminologia:

- A) Cesare Beccaria.
- B) Émile Durkheim.
- C) Cesare Lombroso.
- D) Michel Foucault.
- E) Karl Marx.

91. O conceito de "anomia", utilizado para explicar o comportamento criminoso, foi desenvolvido por:

- A) Cesare Lombroso.
- B) Robert Merton.
- C) Sigmund Freud.
- D) Émile Durkheim.
- E) Edwin Sutherland.

92. A teoria da "associação diferencial", importante teoria que demonstra o processo de aprendizado dos crimes do colarinho branco, foi elaborada por:

- A) Cesare Beccaria.
- B) Howard Becker.
- C) Edwin Sutherland.
- D) Robert Merton.
- E) Auguste Comte.

93. Dentre as Teorias do Conflito, podemos observar a Criminologia Crítica. Marque a alternativa que apresenta o principal foco da teoria Crítica e Radical;

- A) A análise biológica do comportamento criminoso.
- B) A criação de leis mais rígidas para combater o crime.
- C) A desconstrução da ideia de crime como algo natural e a crítica às estruturas sociais que produzem desigualdades.
- D) O estudo das vítimas e suas relações com os criminosos.
- E) A aplicação de métodos científicos para prever o comportamento criminoso.

94. A teoria das "janelas quebradas" sugere que:

- A) Crimes violentos são mais frequentes em áreas urbanas.
- B) A desordem e o descuido em espaços públicos incentivam a prática de crimes.
- C) A pobreza é a principal causa do comportamento criminoso.
- D) A educação é o único meio de prevenir o crime.
- E) O crime é resultado de fatores genéticos.

SEGURANÇA PÚBLICA

Rafael de Oliveira

95. O combate a todas as formas de preconceito constitui uma diretriz essencial dos Direitos Humanos. Sobre o enfrentamento aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade cultural, assinale a correta:

- A) O princípio da igualdade justifica a adoção de medidas estatais que tratem todos de forma absolutamente igual, vedando políticas afirmativas.
- B) A diversidade cultural deve ser respeitada apenas nos limites da tradição jurídica nacional, sendo incompatível com os tratados internacionais de Direitos Humanos.
- C) As políticas públicas de enfrentamento ao preconceito devem considerar a interseccionalidade entre diferentes formas de discriminação.
- D) O preconceito racial é passível apenas de sanção administrativa, não sendo considerado crime no ordenamento jurídico brasileiro.
- E) A promoção da igualdade de gênero está limitada à esfera privada, não se constituindo dever estatal no plano das políticas públicas.

96. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) busca integrar ações de segurança com políticas sociais. Com base nessa política pública, assinale a afirmativa correta:

- A) O PRONASCI é voltado exclusivamente à repressão penal, com foco no fortalecimento das polícias ostensivas.
- B) O programa prioriza ações repressivas, especialmente nos grandes centros urbanos, e desconsidera a atuação das redes sociais comunitárias.
- C) O PRONASCI visa à prevenção da violência, por meio da articulação entre segurança pública e inclusão social.
- D) O programa exclui adolescentes em conflito com a lei das suas ações prioritárias.
- E) O PRONASCI não possui diretrizes voltadas ao enfrentamento da corrupção policial.

97. A valorização dos espaços públicos está relacionada à promoção da segurança e dos direitos fundamentais. Nesse contexto, assinale a alternativa que expressa corretamente esse vínculo:

- A) Espaços públicos bem planejados e acessíveis são indiferentes à promoção dos Direitos Humanos, pois não impactam diretamente a segurança pública.
- B) A valorização dos espaços públicos consiste exclusivamente em ações de urbanismo, sem relação com políticas de inclusão social.
- C) O abandono de espaços públicos pelo Estado não compromete a efetivação da cidadania, desde que existam políticas de segurança.
- D) Espaços públicos ocupados e integrados à comunidade contribuem para a convivência pacífica e o exercício da cidadania.
- E) A ocupação dos espaços públicos deve restringir-se a eventos culturais esporádicos, evitando a formação de redes comunitárias permanentes.

98. Em relação às instituições do sistema prisional e seu papel na proteção dos Direitos Humanos, assinale a correta:

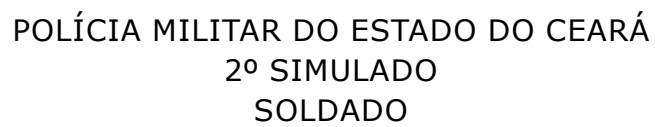
- A) O sistema prisional deve ser prioritariamente punitivo, com foco na repressão e isolamento do condenado, ainda que em detrimento da dignidade humana.
- B) A superlotação carcerária é um fenômeno que, por não ferir frontalmente o princípio da legalidade, não configura violação de Direitos Humanos.
- C) A atuação estatal no sistema prisional deve garantir a dignidade da pessoa presa, a ressocialização e o acesso a direitos básicos.
- D) A garantia de visitas íntimas é incompatível com o princípio da disciplina nas unidades prisionais.
- E) O respeito aos Direitos Humanos no cárcere é uma concessão discricionária da administração prisional, não um dever do Estado.

99. A participação da sociedade civil nas políticas de segurança pública é um elemento central para a consolidação da democracia. Nesse sentido, assinale a correta:

- A) O controle social das instituições de segurança pública é vedado pela Constituição, por comprometer a hierarquia institucional.
- B) Conselhos comunitários de segurança e ouvidorias são mecanismos de participação social na segurança pública.
- C) A participação da sociedade civil se limita à formulação de políticas ambientais, não sendo aplicável à área da segurança pública.
- D) Organizações não governamentais não podem intervir em políticas de segurança por ausência de representatividade legal.
- E) A sociedade civil não deve interferir nos processos de apuração de abusos policiais, para não comprometer a imparcialidade da investigação.

100. O combate ao crime organizado e à corrupção policial exige uma atuação coordenada entre diferentes órgãos e instâncias do poder público. Sobre esse tema, assinale a correta.

- A) O enfrentamento ao crime organizado é de competência exclusiva das polícias civis estaduais, sendo vedada a atuação da Polícia Federal em razão do princípio da reserva de jurisdição.
- B) A corrupção policial é um problema exclusivamente disciplinar, devendo ser tratada no âmbito interno das corporações, por meio de corregedorias, sem necessidade de atuação do Ministério Público.
- C) A atuação integrada entre órgãos de segurança pública, Ministério Público e Poder Judiciário é fundamental para a efetividade das ações contra o crime organizado, inclusive com o uso de técnicas especiais de investigação previstas em lei.
- D) O combate ao crime organizado, para não violar garantias fundamentais, não admite o uso de colaboração premiada, interceptação telefônica ou ação controlada.
- E) As polícias militares, por serem órgãos de segurança preventiva, não podem participar de operações que visem à repressão ao crime organizado.

[illegible]

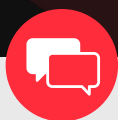


SER APROVADO É UMA QUESTÃO DE TREINO

E, com **mais de 3 milhões de questões**, você vai achar que a prova é mais uma bateria delas.

Selecione questões por órgão, nível, cargo, banca, ano, estado, conteúdo e matéria.

Tenha controle do que já fez, avalie com facilidade seus erros e acertos e estude de forma pragmática para passar no concurso dos seus sonhos.



QUESTÕES COMENTADAS

Se surgir dúvida, não se preocupe. O app conta com 100% das questões comentadas, para que você assimile melhor o conteúdo!



ASSUNTOS FREQUENTES

Saiba o que despenca nas provas. Com essa funcionalidade, você fica por dentro dos assuntos mais cobrados dos concursos, podendo assim dar mais atenção para as matérias mais importantes.



MARCADORES

Nessa categoria, quem manda é você! Crie seus próprios marcadores, organizando suas questões como for mais fácil para você. Separe por erros, difíceis, fáceis, com peguinhas ou conforme sua imaginação mandar!



A MELHOR PARTE

Uma infinidade de vantagens espera por você no Gran Questões, mas a melhor parte é: **GRÁTIS PARA ALUNOS ILIMITADOS**. Garanta agora sua Assinatura Ilimitada e use e abuse do app de questões mais completo do Brasil!